

AS AMBIGUIDADES DO ESPAÇO HABITADO: MANAUS NO OITOCENTOS, 1845-1900

LAS AMBIGÜEDADES DE ESPACIO: MANAUS EN OCHOCIENTOS
1845-1900

Bruno Miranda Braga¹

RESUMO:

A proposta deste artigo é discutir e apresentar aspectos relevantes da cidade de Manaus ao fim do século XIX, destacando a população indígena presente no cotidiano citadino. O artigo parte da premissa que na cidade as culturas indígenas estavam em convivência mesmo que resistente com as culturas exteriores, ditas “brancas”. Nesse sentido, tecemos nossa análise a partir do ano de 1850, início de período Imperial Brasileiro, e findamos em seu decurso, que coincide com a *Belle Époque* manauara, que tentou impor um novo conceito a cidade e seus habitantes. O texto foi dividido em duas partes: na primeira apresentamos a cidade no início da segunda parte do oitocentos, período que a cidade fora visitada por naturalistas que a descreveram como predominantemente indígena. Na segunda parte, destacamos a resistência política dos indígenas frente a modernização da cidade advinda com a riqueza do *boom* da borracha.

PALAVRAS-CHAVES: Índios; Cidades; Manaus; Belle Époque.

RESUMEN:

El propósito de este artículo es discutir y presentar los aspectos relevantes de la ciudad de Manaus, a finales del siglo XIX, destacando la población indígena presente en la ciudad todos los días. La parte del artículo de la premisa de que las culturas indígenas en la ciudad estaban en armonía incluso culturas extranjeras aunque resistente, llamado "blanco". En este sentido, tejemos nuestro análisis a partir del año 1850, época Imperial de Brasil y findamos en su curso, que coincide con el manauara Belle Époque, que trató de imponer un nuevo concepto de la ciudad y sus habitantes. El texto fue dividido en dos partes: en la primera presentamos la ciudad temprano en la segunda mitad del 800, que la ciudad visitada por naturalistas que describieron como predominantemente indígenas. En la segunda parte, destacamos la resistencia política del frente indígena de modernización de la ciudad de la riqueza de la fiebre del caucho.

PALABRAS CLAVE: Indios; ciudad; Manaus; Belle Époque.

Para transformar a urbe, era preciso mudar seus habitantes, mas eles resistem!

“O fato de a cidade ser não só um conjunto de casas, mas também uma associação econômica com propriedade territorial próprio, com economia de receitas e despesas, não a diferencia da aldeia, que conhece as mesmas coisas, ainda que qualitativamente a diferença possa ser muito grande”

Max Weber

¹ Graduado em História pelo UNINORTE Laureate, e em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas UEA. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Pesquisa sobre o Amazonas no período Imperial, detacando as culturas, os discursos e, as populações indígenas do período.



Esse texto tem como tema central, índios na *Belle Époque* Manauara, e visa fazer uma análise investigativa e descritiva do que aconteceu com os mesmos no fim do século XIX, e início do XX, analisar o discurso que se construiu acerca da cidade e de seus habitantes. Trabalho com alguns teóricos da modernidade, visando estabelecer um paralelo entre a cidade de Manaus e as demais capitais do mundo que se reconfiguraram, se reurbanizaram nos parâmetros do que havia de mais moderno na época. Vemos que entre a cidade mostrada nos postais e fotografias, e a cidade que existia, havia um limite do que realmente era belo, do que não era belo, porém resistia a recomposição do espaço. A perspectiva de análise documental foi à Nova História e Nova História Cultural, que seguindo a tradição da Escola dos Annales, faz uma análise crítica tentando visualizar a posição dos de baixo, que pouco aparecem nos discursos oficiais, por isso fazer nova história é ouvir e dar vozes a novas partes. Muito já se falou sobre a *Belle Époque* Manauara, e sobre a questão do índio, sempre em separado. Este artigo visa evidenciar o aspecto indígena presente no mundo luxuoso e moderno trazido pela *Belle Époque*. Manaus cresceu, enfeitou-se para atender a um grupo específico da cidade: a sociedade, a elite enriquecida pela extração da goma elástica. Com a análise das fontes, percebemos como o índio fez a seu modo, táticas de defesa, para prosseguir residindo na cidade da qual estava sendo impelido.

Falar dos índios, ainda hoje desperta sentimentos de repulsa ou fascínio. Isso acontece, pelo fato de existirem pessoas que acreditam e personificam a cultura dos povos indígenas como “*não desenvolvidas*”, estagnada no tempo. Agora, se na contemporaneidade, no século XXI, pensa-se assim, como seria esse imaginário no final do século XIX, no advento do XX, no período do “*fin de siècle*”, da *Belle Époque*, há 150 anos? Essa pesquisa, ao analisar o cotidiano da cidade, procurará mostrar o imaginário das elites, dos transeuntes, dos viajantes acerca dos nativos, seus hábitos e costumes. Existem lacunas na produção historiográfica amazonense com relação a problemática proposta. Há perguntas, como por exemplo, como se cristalizou o discurso do belo, será que tudo foi tão belo assim na *Belle Époque* Manauara? Iremos investigar e analisar o que aconteceu com índios de Manaus durante esse período.

Pesquisar sobre esse período é relevante, principalmente sobre os índios, uma vez que nessa fase histórica, mostram-se o fausto, o luxo, a ostentação, num discurso perpetuado de otimismo e alegria. Procurei problematizar a história vista de baixo², enfatizando aqueles que foram esquecidos e ecoaram suas vozes na sombra das grandes narrativas.

² História vista de baixo é uma perspectiva de se escrever história, que procura resgatar as experiências passadas da população, seja da total negligência dos historiadores ou da “enorme condescendência da posterioridade” de E. P. Thompson, e, é, portanto uma perspectiva atraente. Ver: SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In:



A Manaus dos Viajantes: uma cidade onde tudo estava por fazer...

Antes de findar o oitocentos, e vivenciar à *belle époque*, a cidade de Manaus, pertencente a então Província do Amazonas era um local de múltiplas culturas, de múltiplos fazeres, especialmente marcada pela presença indígena. A *belle époque* constitui-se de um período que se inicia na segunda metade do século XIX, ou seja, em 1850, com a reurbanização de Paris pelo Barão de Haussman. (DAOU, 2014). Nesse período, Manaus ainda não tinha sofrido o surto de urbanização pela qual passara. Em 1862, Manaus não passava de uma pequena vila, pouco povoada, pouco organizada e pouco urbanizada.

Alguns viajantes naturalistas percorreram o vale amazônico, descrevendo seus rios, fauna e flora, geografia e etnografia. Entre 1848 e 1860, o francês Paul Marcoy, viajou e explorou o Alto e Baixo Amazonas. O mesmo, assim descreveu a então Barrado Rio Negro:

A cidade moderna em que acabamos de chegar é chamada pelos brasileiros A Barra do Rio Negro. Situa-se a leste da fortaleza, a cerca de mil passos geométricos do sitio de Manáos. Ela está constituída numa superfície tão irregular que chega a ter morrinhos mais altos do que os telhados das casas, o que seria pitoresco se não fosse absurdo. Uma longa avenida, larga e ondulada, estreitada aqui e acolá por muros desalinhados e sacadas proeminentes, corta a cidade de norte a sul. Algumas vielas saem desta rua em direção ao leste. Enquanto a oeste há uma série de grandes espaços vazios. Três riachos providos de passarelas serpenteiam pela cidade e servem de docas e estaleiros para a sua flotilha mercantil. Pequenas escunas, chalupas e canoas cobertas estão em reparo, aguardam algum carregamento ou se abrigam das trovoadas, essas tempestades brasileiras que assolam o baixo Amazonas e cuja influência é sentida muitas léguas acima pelo rio Negro. (MARCOY, 2001 p. 167.)

Com este excerto temos uma provável visão de Manaus há 150 anos. A vila era formada em um espaço com geografia difícil, igarapés cortavam-na por todos os lados, o relevo era alto com grandes elevações de planaltos e morros. Porém, essa cidade já começava a despertar o interesse e o apreço por costumes vindos de locais externos, devido ao grande fluxo de viajantes e, principalmente, comerciantes que passavam pela Barra. Nesse mesmo período, Marcoy nos diz que a vila é habitada por três mil almas, dois terços das quais constituem a população permanente e os demais a temporária. O número de casas é avaliado em 147. (MARCOY, 2001. p. 168). Apenas três mil habitantes e 147 casas, vale destacar aqui como compunha-se essa população, em sua maioria índios e mamelucos.



Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, nos informa que 1852, Manaus possuía 8.500 habitantes, ou seja, poucos anos após a descrição de Marcoy podemos visualizar a ocorrência de um crescimento populacional, se os dados forem confiáveis. Destes 8.500 moradores, 4.080 eram índios, 2.500 mamelucos, 900 brancos, 640 mestiços e 380 escravos. (AMAZONAS, 1984). Ou seja, a cidade em sua maior parte era composta de indígenas.

Outros viajantes, já apostavam que Manaus logo seria um importante centro comercial e cultural também. Louis e Elisabeth Agassiz, um casal de naturalistas que viajavam a serviço dos Estados Unidos, em 1866, assim apontaram um futuro para Manaus.

Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação. E se anteviam os tempos em que sobre as margens do Amazonas, florescerá uma população mais ativa e vigorosa do que aquela que até agora aí tem vivido... Em todas as Nações do Globo terão sua parte nessas riquezas... Chegará necessariamente uma época em que a humanidade dele (Rio Amazonas) tomará posse, em que nessas mesmas águas onde só cruzamos com três canoas em seis dias, navios a vapor e embarcações de toda espécie subirão e descerão, em que a vida e o trabalho, enfim animarão estas margens. (AGASSIZ, 1975).

Na visão do casal Agassiz, em Manaus, “*a natureza estava pronta, mas seu habitante não*” (COSTA, 2000. p. 242). O seu habitante não estava preparado devido a sua raça e sua cor. Essa visão perdurou por muito tempo³.

Os habitantes da cidade da Barra do Rio Negro, dedicaram-se basicamente ao comércio, sendo de cunho atacadista ou varejista, segundo relatos do período.

A sociabilidade de Manaus ocorria em constante sintonia. Marcoy diz que apesar de toda a geografia peculiar da cidade da Barra, a cidade dava uma impressão agradável e nela, segundo o viajante, não existia ou pouco reinava a barbárie que imperava em outras localidades dispersas pelo Rio Amazonas (MARCOY, 2001. p. 169) e nos afirma que:

Ela deve o título de capital da província, que lhe foi dado pelas estatísticas, às suas casas com sacadas, à sua flotilha multicolorida e à atividade comercial de que é centro. Esse título também explica e justifica a abundância de uniformes e trajes que se observa ao entrar na cidade. A adoção da moda francesa pelas pessoas abastadas, o *uso de verdadeiras camisas pelos índios* no lugar das camisetas usadas nos povoados de rio acima, permitem facilmente perceber que deixamos para trás a barbárie e estamos num daqueles canais chamados capitais, onde se unem todas as

³Os registros possuem uma visão instigante e aguçante. Percebemos nos seus descritos o cotidiano da população local. Podemos perceber etnocentrismo em suas falas. Antônio Emílio Morga, na obra **Nos Subúrbios do Desejo**: masculinidade e Sociabilidade em Nossa Senhora do Desterro no Século XIX (Manaus, EDUA, 2009), nos diz que ao vivenciarem o cotidiano da população, “os viajantes foram partícipes na construção das práticas de sociabilidade entre eles e a comunidade” (p. 30), em Manaus acontece algo parecido à medida que tais viajantes irão praticar hábitos que são característicos da cultura nativa, mesmo classificando a cultura local como inferior à sua.



correntes geográficas, intelectuais, políticas e comerciais do país.
(MARCOY, 2001. p. 169. Grifos meus.)

Aqui temos um exemplo bem claro de como a modernidade estava se apoderando de Manaus: os índios passam a usar trajes requeridos pela sociedade da época, mas ser moderno é “*autotransformação e transformação das coisas ao seu redor*”. Berman, (1986. p. 15) nos diz que a experiência ambiental da modernidade rompe qualquer fronteira geográfica. Mesmo Manaus estando bem distante da França, foi inevitável ser transformada aos moldes franceses. A modernidade também, “*une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia*” (BERMAN, 1986 p. 15).

Assim, a modernidade em Manaus modificou não apenas a geografia, e o traçado urbano, porém tentou alterar o estilo de vida e a sociabilidade da população local, quer seja a nativa ou a estrangeira, aquela que veio residir nesta cidade. Vale destacar a velocidade, a rapidez com que as transformações acontecem. Cito como exemplo o nome da cidade: segundo Otoni Mesquita, (2006, p. 29), “*em 1848, a vila de Manaus foi promovida a cidade, passando a denominar-se cidade da Barra do Rio Negro [...]*”.

Em 1848, a cidade é Barra do Rio Negro, em menos de dez anos, no ano de 1856, a Lei Nº 68 de 4 de setembro de 1856, muda o nome da Cidade da Barra do Rio Negro para o de Cidade de Manáos.⁴ Então, num período curto, na perspectiva de Fernand Braudel (1989), no tempo do evento, a cidade muda seu nome e também suas feições, isso é o limiar da *belle époque*, uma vez que:

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também destrói a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo. (DIAS, 2007.p. 29)

Essa visão da historiadora Edinea Mascarenhas é bem alusiva ao processo de modernização pelo qual passou a cidade de Manaus. Atentemos para as formas de mudanças e substituições vindas com a modernidade, tratam-se de transformações físicas, geográficas, habituais, culturais. Mas acredito que houve permanências históricas, bem como resistências

⁴COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS – Tomo V, parte 1ª – LEI Nº 68, de 04 de Setembro de 1856. Manáos, 1856 – Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.



políticas, e uma forte combinação, ou seja, um hibridismo cultural, pois os moradores nativos, não lançaram mão completamente de sua cultura.

Michel de Certeau, teórico francês, estabeleceu uma análise sobre o cotidiano. Para ele, a construção do cotidiano dá-se “*por meio de práticas de reutilização*” é parte do que Certeau chama de tática. Os dominados, sugere ele, empregam táticas, mais que estratégias, porque sua liberdade de manobra é restrita, opera dentro de limites estabelecidos por outros. (BURKE, 2005. p.p. 103, 104)

Assim, como citei a pouco que os índios já usavam camisas, essa transformação agiu dentro da lógica dos limites ditados por outros. Mas a forma de utilização destas normas não fora linear, muito menos utilizadas em sua forma propriamente dita, isso é o que Certeau chama de tática, e a tática age na lógica do poder dominante, não há sangue, não há guerra, há uma “aceitação” que será resignificada por quem irá reutilizá-la.

Segundo Cristiane Barreto (2010, p. 71), “*o cotidiano é o local no qual se elaboram as táticas e estratégias de sobrevivência, isto é, onde se elaboram as práticas sociais*”, logo a permanência e as resistências constituem o cotidiano. Em Manáos, por exemplo, eram comuns e permaneceu o hábito dos banhos em igarapés, mesmo sendo visto como algo bárbaro, feio. Esse hábito chegou a ser praticado por diversas pessoas que não eram nativas. Paulo Marcoy, o viajante escreve:

Durante a minha estada na Barra, os meus dias foram conscienciosamente divididos entre *trabalhos, banhos, siestas e passeios*. A casa em que eu morava não tinha outra mobília além de uma mesa de madeira rústica e uma rede que me servia de cama e de poltrona; em compensação era tranquila e nenhum ruído incômodo me perturbava o descanso ou sono. De manhã e à tarde eu descia ao rio para me lavar e contemplar a sua vasta extensão de água, preta como o ébano, límpida como o cristal e sempre um espetáculo magnífico [...]. (MARCOY, 2001, p. 169. Grifos meus.)⁵

Ou seja, há um hibridismo uma cultura adquire e passa a usar elementos característicos de outra cultura. Assim como os índios passaram a usar camisas, os estrangeiros como o viajante acima citado, passaram a agir com algumas características que são elementares a cultura indígena. Tomar banho diariamente no mundo “branco” era coisa de libertinos de imorais imundos; já no meio dos índios o banho diário é um costume que é utilizado como forma precisa de se refrescar em meio ao calor do clima tropical. Nessa fala também observamos dois outros elementos tipicamente da cultura indígena: a rede e a sesta. A rede foi

⁵ Vemos a sensação do viajante perante a Cidade, sua Geografia, cultura e gente. Era como estar num “paraíso perdido”, num lugar onde a vida e, seu ritmo era escolhido pelas pessoas. É uma visão romântica, alegórica, que demonstra um profundo sentimento de diferença, se comparado ao mundo europeu, que não desfrutava de tais recursos.



utilizada pelo viajante como cama e poltrona, pois sua presença era comum em diversas residências dos membros da elite local. Outro ponto era a siesta, a sesta,⁶ que constitui àquela hora após o almoço que se descansa. No mundo europeu, branco, do oitocentos essencialmente, para muitos dormir à luz do dia era coisa de ociosos e preguiçosos, e esses eram considerados pela mentalidade cristã como pecadores e ninguém gostaria de ser pecador. Porém aqui, a prática da sesta era uma realidade que se intensificou com a cultura nativa, mas foi praticada também pela sociedade citadina.

Mas isso precisava mudar, Manáos precisava deixar de ser uma Tapera, para ser uma cidade civilizada, moderna, ampla, para isso era preciso mudar radicalmente a fisionomia da cidade, sua geografia, seus prédios públicos, pois:

É a pequena aldeia que se transforma em grande urbe. A transformação da aldeia em uma cidade moderna representa a destruição de todo e qualquer vestígio que lembre Manaus como o antigo Lugar da Barra do Rio Negro. A nova capital tem suas funções comerciais e administrativas ampliadas com as atribuições que assume como capital nacional a borracha. Em pouco tempo, a atividade comercial ganha vulto, entendendo os homens públicos que o comércio é o grande responsável pelo progresso econômico [...]. (DIAS, p. 42)

Com a descoberta das seringueiras, árvores produtoras da goma elástica, o vale amazônico ganha notoriedade nacional e cobiça internacional. Lembramos agora das palavras do casal Agassiz: “*insignificante hoje, Manaus se tornará um grande centro de comércio e navegação ...*” chegou, a *belle époque* amazônica, Manauara especificamente, que coincide com o que a historiografia local convencional denomina “período áureo da borracha”.

A borracha foi sem dúvida um material do progresso, participando da produção dos mais modernos bens industriais, expressivos dos avanços da técnica e do domínio da natureza pelo homem. Foi também o veículo do progresso material das elites amazônicas, proporcionando-lhes uma inserção particular na dinâmica das trocas materiais e simbólicas. [...] – o látex da seringueira, este “dom da natureza”, então monopolizado pela produção amazônica que os conectava, afinal, com o que havia de mais expressivo das conquistas do século XIX. [...]. (DAOU, p. 21)

Sim, uma espécie nativa, rural, a seringueira, *Hévea Brasiliensis*, foi a grande proporcionadora da reurbanização pela qual passou a cidade. Na *belle époque*, a expansão urbanística só foi possível graças à expansão agrária. A reurbanização de várias cidades brasileiras, evidenciam isso com bastante clareza: São Paulo, cultiva o café, juntamente com o Rio de Janeiro, Santos. Belém do Pará e Manaus, se reurbanizaram às custas da produção gomífera.

⁶ Embora seja uma prática comum em algumas localidades da Europa, a Siesta, é intensa até na atualidade nos trópicos da América do Sul, constituindo hoje até um elemento cultural em alguns pontos.



A população de Manáos compunha-se reitero, em sua maior parte de índios e mamelucos. Os brancos em sua maioria eram ou descendiam de portugueses. Com o crescimento dos números da borracha e sua supervalorização, a composição estrangeira veio a reconfigurar-se, agora além de portugueses, haviam franceses, italianos, sírio-libaneses, japoneses e ingleses em grande escala. Manaus mais do que nunca precisava deixar de ser uma aldeia e correr para se tornar Paris, uma cidade moderna que exalasse civilidade, o primeiro ímpeto era romper a cultura indígena, presente nas casas, nos prédios públicos, na paisagem e nos trabalhadores.

Para as elites e autoridades, a cidade ideal exigia transformar esta população trabalhadora enquadrando-a nos novos modos de vida que se consolidavam. Tratava-se, ao mesmo tempo em que se constituía uma nova cidade, de construir seus habitantes. (LANNA, 1996. p. 167)

Para a cidade ser resignificada, se tornar uma cidade ideal, seus habitantes também devem ser resignificados, reconfigurados. Porém, os indígenas que se abrigavam em Manaus e em seu entorno resistiam constantemente aos impulsos e transformações que a modernidade exigia.

Resistência e luta indígena

O homem branco, ao tentar impor a civilização aos índios, com o discurso da modernidade, os fez se apropriarem de costumes estrangeiros como, andar de calçados, vestidos, até sua moradia foi modificada, porém na cidade eles permaneceram. A entrada estrangeira em Manaus os afastou da urbe central da cidade ideal, mas os índios através de práticas não abriram mão completamente de seus costumes e de sua cultura, houve muita luta, resistências e aglutinamento de práticas culturais.

A luta indígena contra o branco invasor é histórica no Brasil. Na colonização com o choque cultural, os estrangeiros os viam como um impedimento para a expansão territorial, agora, no decurso do Império, não era muito diferente, os índios simbolizavam tudo que era ligado negativamente ao atraso, incivil e era um obstáculo para o progresso. Vale ressaltar que naquele período, a cultura diferente, oposta à cultura europeia:

[...] é imediatamente traduzida em termos de superioridade e inferioridade (no caso, obviamente, são os índios os inferiores): recusa a existência de uma substância humana realmente outra, que possa não ser meramente um estado imperfeito de si. [...] (TODOROV, 1999. p. 41)



Todorov, o autor desta citação, analisa a conquista da América no século XVI, a utilizo para evidenciar como as permanências de mentalidade atuam, mesmo no século XIX se pensava de maneira egocêntrica de que o mundo era um só e parecido. De fato, essa visão se cristalizou ao ponto da Europa, já no século XIX, início do XX e deveria ser a referência de cultura e civilização, seus hábitos eram considerados modelos a serem seguidos e quem agisse de maneira própria, diferente dos padrões europeus já era visto como não civilizado, e quem mantivesse sua cultura e seus hábitos, era visto como não civilizado, e sua resistência, deveria ser combatida. Queremos enfatizar que a *Belle Époque* do luxo, da alegria, da prosperidade, da aventura não foi para todos, porém, todos, independentemente da classe ou *status* social, ou da raça estiveram imersos nesse período. Através dos meios legais⁷, houve a efetuação e a exclusão de quem não atendia seus pressupostos, e assim gerava luta, resistência, pois a população nativa queria sim, manifestar seus hábitos culturais.

Em 1853, Herculano Ferreira Pena, presidente da Província do Amazonas, fez uma classificação dos aborígenes em três classes.

1ª classe – gentios, os que viviam nas brenhas, sem a menor comunicação com a sociedade civilizada, havendo nações de índole pacífica e outras bravias.

2ª classe – os reunidos em aldeias ou malocas já conhecidas, mas ignorando a nossa língua, usos e costumes, mantendo entretanto pequenas relações do comércio, trocando produtos de caça, pesca e drogas por tecidos, ferramentas, espelhos, miçangas e outros objetos de baixo valor e aceitando a presença de pessoas estranhas.

3ª – classe – os que já adquiriram alguns princípios de civilização, compreendendo mais ou menos a língua, morando em sítios ou aldeias preparadas, ou nas povoações, empregados na agricultura, pesca, navegação e serviços públicos ou particulares.⁸

Os índios eram classificados pela conservação de seus hábitos, quem ainda mantinha grande parte de seus costumes, eram selvagens, moravam nas matas; quem já adquirira alguns valores da cultura branca, já possuía segundo a classificação alguma quantidade de civilização. É interessante perceber que esta classificação hierarquiza somente os índios, é como se eles fossem apenas uma coisa qualquer. É uma visão muito etnocêntrica, à medida que aponta que o índio é um ser diferente do ser humano, pois se classifica de uma forma

⁷ Nesse momento de decurso do século XIX, e prelúdio do XX, criaram-se em Manaus legislações de cunho moralista, polidor e disciplinador, essas regras sociais e políticas estão presentes em sua maioria nos Códigos de Posturas Municipais que atuavam como regente da cidade e de seus habitantes. Ler mais em: BRAGA, Bruno Miranda. *A Cidade e suas Restrições: Os Códigos Municipais de Posturas de Manaus no Século XIX*. In: MORG, Antônio Emílio. (Org.). **Encontro com a História e as suas deliciosas contradições**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas EDUA, 2015 (p. p. 91-104)

⁸ FALA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.º de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.ª sessão ordinária, pelo Presidente da Província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Manaus, Amazonas: Typ. de M.S. Ramos, 1853. p. 54 Acervo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.



diferenciada das classificações do branco. Nisto, o índio é posto em segundo plano, sem fazer parte da sociabilidade da cidade. O próprio viver na cidade não representava avanço ou progresso ao índio, pois não havia novidade para ele, uma vez que:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. [...] (HOLANDA, 1995. p. 95)

Se as cidades representavam dominação, os índios não iriam exercer sua função social neste local, essa dominação do branco em Manáos, os fez sim serem excluídos desta sociabilidade, à medida que sua cultura era menosprezada e vista como algo atrasado e negativo.

Em 1903, na administração de Silvério José Nery, no TOMO V, das Leis, Decretos e Regulamentos, há uma parte que trata das terras, é como se fosse uma Legislação das terras do Estado, no artigo de número 125, lemos:

Art. 125 – As terras reservadas para aldeamento de indígenas ser-lhes-ão entregues em usufruto e não poderão ser alienadas enquanto o Governo, por ato especial, não lhes conceder o pleno gozo delas, por assim o permitir o seu estado de civilização.⁹

Logo, os índios tendo esse direito assegurado, era imperativo sua luta por merecerem seu espaço na cidade. A luta por sua terra, muitas vezes, ao longo da história, representou uma barreira para o progresso, o fato deles não aceitarem por completo os costumes já constitui uma resistência. Devemos ter em mente que o índio não luta, não resiste pelo prazer ou vontade de enfrentar o branco. O índio luta para preservar seu direito, para que sua cultura pudesse ser manifestada, ou seja, o índio luta por sobrevivência.

Peter Burke (2011. p. 09) nos diz que compete aos historiadores da cultura popular, reconstruir as suposições cotidianas, comuns, tentar reconstruir o que as pessoas pensavam, portanto, ao se fazer uma história indígena devemos levar em consideração toda a sua trajetória ao longo da história. Pois a *belle époque*, constitui-se de um período de festas, pompas e modernização de um lado, e de outro, populações foram dizimadas. Pode-se comparar a um neocolonialismo, que “*além de uma relação entre países, também era um fenômeno interno, e familiar, na América Latina*” (CHASTEEN, 2001. p. 150).

Manaus em 1910, era o símbolo de prosperidade, neste ano, a borracha alcançou o topo das negociações e das especulações no mercado internacional. Os homens enriquecidos

⁹LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS – TOMO V – 1903 – Amazonas: Tipografia do Amazonas, 1904, p.p. 124, 125. Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.



com esta produção gastavam e ostentavam o orgulho das cidades europeias em Manaus, pois fizeram tudo, enfeitaram tudo, transformaram tudo,

Em Manaus, a cidade brasileira 1600 quilômetros rio acima, no meio da impenetrável floresta, os barões da borracha ergueram um teatro de ópera e contratavam astros internacionalmente aclamados para se apresentarem ali; eles chegaram a atrair o imortal tenor Enrico Caruso. Enquanto isso, *o apogeu da borracha os povos indígenas, com suas tribos dizimadas pelo álcool e por doenças*. Mas em 1920, a borracha da Malária definitivamente derrubou o preço da borracha amazônica. Os barões da borracha desceram o rio de vapor para nunca mais voltarem e os seringueiros procuraram outra forma de sobreviver. Somente a Ópera de Manaus permaneceu como lembrança silenciosa do Progresso. (CHASTEEN, 2001. p. 154 grifos meus.)

Vemos que os costumes dos brancos eram nocivos aos índios, e suas doenças os atacavam rápido demais. Com esta situação de progresso, vemos dois lados que existiam em Manáos: o luxo e alegria, e a pobreza e mazelas. Se por um lado, a legislação não permitiu ao índio habitar o centro de Manáos, por outro lado, apenas os expeliu para áreas mais distantes e, pouco fez para auxiliar ou beneficiar os índios. De fato, as escolas preparavam os índios para serem mão-de-obra para a elite, ou para atuar em ofícios menos valorizados como sapateiros, zeladores, vendedores, criados, entre outros, o índio se opunha ao trabalho não por preguiça, desídia ou vagabundagem, era uma resistência, à medida que não era da sua cultura o trabalho comercial, nem a produção acelerada.

A resistência do índio ao trabalho, foi uma das maiores, pois em seu viver natural, os índios dedicavam-se a agricultura, coleta das drogas do sertão, serviços domésticos em suas comunidades, isso no olhar do europeu, era fora do comum, eram ligados ao ócio, ao não animado, ao marasmo.

Embora os índios constituíssem a maior parte da classe trabalhadora, isso não significava que exercessem as atividades impostas sem sofrer as alterações e as pressões provocadas com a vida na cidade. Na verdade, *as reações contra a ruptura de seu modo de vida se manifestam sob as mais diferentes formas de comportamento*, sendo uma das mais frequentes o *abandono das atividades*, sem ao menos se importarem em receber os salários vencidos. (DIAS, 2007. p. 31, grifos meus.)

Uma resistência nesta citação: o abandono dos seus ofícios, o índio abandonava, não por covardia ou irresponsabilidade, mas pelo fato de não se sentir bem naquela imposição ao qual era submetido, e, ao abandonar, recolhia-se em sua paz de espírito e autonomia perante o poder dominante. O que chamava atenção do branco, não era o abandono em si, mas o lançar mão de seus honorários, escandalizava os empregadores,



Dá para entender uma situação mais absurda e estranha por parte de um trabalhador, do que dispensar o salário a que tem direito? É importante assinalar que estes trabalhadores eram classificados como índios de 3ª classe, que já haviam adquirido alguns princípios de civilização e compreendiam razoavelmente a língua portuguesa. (DIAS, 2007. p. 32)

Como já disse, os índios eram classificados em 3 grupos diferentes, aí está mais uma exclusão ao índio: nem todos podiam exercer suas práticas sociais na cidade, pois eram considerados sem preparo, leia-se civilização para o exercê-las. Com essa visão da historiadora Edineia Mascarenhas, vemos que o índio não havia se deixado levar, muito menos dominar pelos sistemas de produção modernos. Ele não o fez, pois para ele, aqui pouco representava, assim, cada vez, o índio resistia a esse processo, e lutava para manter sua cultura e seus costumes, e, assim, o poder dominante começava a construir o discurso que os índios eram selvagens, arredios, perigosos, começaram a circular notícias, nos jornais manauaras como a seguinte:

INDIOS JAUAPERYS

Transcrevemos esses trechos de uma carta do Padre Venâncio Zilochi, datada de 28 do mês findo: “No dia 22 estiveram aqui alguns índios Jauaperys muito maus, um deles era coxo e um cego de um olho. Passaram duas neutes (sic) aqui, talvez para roubar, como se coligi do seguinte facto: na noite de 23 para 24, roubaram a minha ubá e mais três canoas.

O sr. Pastana pela madrugada veio avisar-me pedindo-me ao mesmo tempo o Pedro, interprete, para ir atrás deles afim de recuperar as canoas.

De facto, os alcançaram perto de Urnbiana então deitaram na praia outras cousas, lançando muitas flechas passando uma delas entre as pernas do Pedro e outra tocando-lhe quase a roupa do corpo. De maneira que julguei prudente não seguir a minha viagem para aquele rio até que venham outros de melhor índole para combinar. São esses mesmos que no ano passado, em Carvoeiro se representarão mui altaneiros, onde afinal roubaram 4 canoas, cães e várias cousas. Seria muito conveniente que a presidência me concedesse quatro praças de boa conduta.¹⁰

Essas notícias queriam proliferar o discurso que os índios eram perigosos, e sem a civilização não poderiam conviver no mesmo espaço que os civilizados, esse discurso, imperou no início do século XX em várias capitais brasileiras, que, a moldes europeus estavam modernizando seus espaços.

O poder público o construiu e classificou a classe pobre, como classe perigosa. Sidney Chalhoub (1996) ao analisar a derrubada do cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro da *belle époque*, discute sobre como “*o pobre era visto pela elite, banditismo, vícios, doenças, e tudo que remetia perigo era atrelado ao pobre*”. Com os índios em Manaus não foi muito

¹⁰JORNAL, ECHO DO NORTE – Manáos, 16 de outubro de 1887. ANO 01, Nº 6 – 1887 – Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA



diferente, pois como no noticiário do Jornal Echo do Norte, citado acima, o discurso nele presente é um discurso forte e bem articulado. Não se funda num único discurso, porém em vários, e seu objetivo é propor um temor na população e uma aversão ao índio. Os discursos presentes com relação ao indígena nos jornais de Manáos deste período, podemos distinguir vários discursos em um só: no acima citado distinguimos bem o de polícia e o de cunho político.¹¹

Em 1898, em uma mensagem, o governador Fileto Pires, fala com pesar e extrema dor e horror dos atos cometidos contra os mesmos índios citados na notícia, os Jauaperys, em um trecho da mensagem do governador, há uma defesa da luta indígena.

Estes índios acoçados por todos os meios e modos para deles arrancarem filhos, irmãos e entes caros, *declararam guerra de extermínio aos seus perseguidos*, que hoje pagam os primeiros crimes praticados?
É verdade que n'esta expiação muitos respondem por crimes que não tem, porém na realidade *o índio quer vingar-se do que a si e aos seus fizeram*.¹²

Os índios declaram guerra de extermínio, o índio resiste, pois é menosprezado e maltratado. Não devemos ser ingênuos em acreditar que o governador realmente era oposto ao controle do índio, ele opunha-se a forma que havia sido estabelecido este controle.

No dia 10 de janeiro de 1906, o Jornal do Commercio, um órgão extremamente respeitado e lido em Manáos, publicou uma matéria sobre os índios Parintintins, os classificando como “indomesticáveis selvagens”, os jornais somente divulgaram notícias hostis e negativas, ajudando a perpetuar o discurso de que os índios eram perigosos, e deviam ser proibidos do convívio social.¹³

Marilene Correa (2014) afirma que a resistência indígena era uma forma de oposição aos valores vindos com a modernização, uma vez que, assim como na colonização, as lutas pelas terras, pela liberdade e pela segurança resumem-se pela “*defesado modo de ser do indígena, pela vigência de seus elementos culturais e pela independência de suas organizações societárias*”, pois:

¹¹Michel Foucault, disserta sobre o discurso do poder. Para este teórico, cada luta se dá em torno de um poder a ser alcançado, e esta luta pelo poder, aparece em pequenos focos, como no caso, um jornal. Ao analisar estes discursos jornalísticos à cerca “do perigo que os índios representavam”, devemos perceber que isso dá voz apenas à um lado, no caso o redator da notícia. Para Foucault, isso dá a impressão de ser muito menos. Mas se fosse muito mais? Será que os índios não estavam sofrendo, passando por alguma necessidade e queriam despertar a atenção pública? Devemos, segundo Michel Foucault “psicanalisar” a baixo preço o que deve se o objeto de uma luta. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

¹² MENSAGEM, do Excelentíssimo Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado Manáos Imprensa Oficial, 1898. Acevo: IGHA. p. 40 – grifos meus –.

¹³ JORNAL DO COMMERCIO, 10 de janeiro de 1906. Manáos, 1906 – Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA



Os conflitos entre índios e brancos não eram produtos da selvageria guerreira inato do nativo, mas das condições em que se apresentavam na submissão política, na escravidão e na inferioridade racial do índio, sustentados esses fundamentos pela expropriação do espaço físico, e pela negação das diferenças de nacionalidades dos povos indígenas. A resistência maior ou menor das Nações Indígenas, por sua vez, dependia também do grau de expansão física e cultural dos seus domínios na região amazônica [...]. (SILVA, 2014. p. p. 174 -175. Grifos meus.)

Assim, visualizamos as razões pela qual deram-se as resistências e lutas indígenas, uma vez que o índio luta para se defender e manter-se não soberano, porém seguro e feliz em sua prática social. O índio resiste para preservar seus costumes que ao seu modo de fazer, eram por definição o correto a seu bem-estar. Devemos ter em mente que na *Belle Époque* não era mais luta armada como na Colonização há uma “arte de fazer, ou uma invenção do cotidiano”, pois os indígenas ressignificaram a seu modo, as ações dos brancos, sem luta, sem guerra, mas com adaptações, resistências singulares a seu modo de agir na lógica do poder dominante, pois no viver do branco:

Muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. *Os indígenas as subvertiam*, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os “assimilava” exteriormente; *seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar, a esse poder escapavam sem deixá-lo. [...]. (CERTEAU, 2012, p.p. 39 e 40. Grifos meus.)*

A resistência e luta indígena na *belle époque* manauara se deu assim como nos afirma Certeau, eles escapavam do poder, sem deixá-lo, atuam na lógica do poder, porém a seu modo. Ou seja, o indígena não lançou mão de sua cultura, porém, utilizou, ou melhor, reutilizou a cultura do dominante a seu favor. Podemos exemplificar da seguinte maneira: a religião oficial era a Católica, esta promove uma procissão em honra a algum santo. Todos são obrigados a comparecerem. A cultura indígena tinha suas divindades próprias, e sua religião também, porém vão na procissão. Ao estarem na procissão, estão se submetendo ao poder dominante. Mas, lá, na procissão, eles estão rezando ou agradecendo não para o santo católico, porém para alguma de suas divindades. Assim, estão agindo na lógica do poder dominante, por isso no cotidiano é que elaboram as práticas sociais, no caso dos índios, para garantir sua sobrevivência e aceitação, é uma resistência.¹⁴

¹⁴ Francisco Jorge dos Santos, na obra “Além da Conquista” disserta sobre as rebeliões indígenas que ocorreram no início da colonização, no Período Pombalino, onde os índios resistiam ao que lhe era imposto. Como melhor exemplo dessa resistência, o autor mostra a nação Manau, que bravamente lutaram com os portugueses na década de 1720. Outro autor que nos mostra bem essa resistência indígena em seus estudos e o historiador Almir



A seguir, apresento uma tabela que elaborei, para mostrar como nos Códigos de Posturas Municipais houve diversas vezes a permanência de proibições ligadas a cultura indígena. Se permanece como proibição é porque, acredito, que tal prática aumentou ou continuou a ser praticada pela população citadina.

Tabela I: Elaborado a partir dos Códigos de Posturas Municipais.

RESISTÊNCIAS

PRÁTICA	Valor da multa por ano nos Códigos de Posturas Municipais			
	1872	1875	1893	1920
1. Casas cobertas de palhas	30 mil réis ou 08 dias de prisão	-	30 mil réis ou 06 dias de prisão	100 mil réis
2. Trocar nomes das ruas	5 mil réis ou 02 dias de prisão	-	5 mil réis ou 01 dia de prisão	100 mil réis
3. Pendurar roupas em varais, janelas ou vias públicas	5 mil réis ou 02 dias de prisão	5 mil réis ou 02 dias de prisão	-	5 à 20 mil réis
4. Atirar armas de fogo ou flechas dentro da cidade	Se for de DIA: 5 mil réis ou 02 dias de prisão; Se for de NOITE: 10 mil réis ou 02 dias de prisão	Se for de DIA: 5 mil réis ou 03 dias de prisão; Se for a NOITE: 10 mil réis ou 03 dias de prisão	Se for de DIA: 10 mil réis ou 02 dias de prisão; Se for a NOITE: 20 mil réis ou 04 dias de prisão	50 mil réis

Fonte e Criação: BRAGA, Bruno. 2015.

Logo, ao utilizar os Códigos de Posturas, o governo pretendia enquadrar, repreender, quem não estava no perfil da cidade ideal.¹⁵ Os códigos não submetiam todos ao seu domínio,

Diniz de Carvalho Júnior. Em um artigo intitulado “Líderes indígenas no mundo cristão colonial”, o autor nos mostra como o índio apoderava-se da denominação “índio cristão”, ou gentio para conseguir se estabelecer bem nas relações coloniais. O autor nos mostra que o índio entendeu que ser cristão, significava fazer parte da Igreja e ser definitivamente “civilizado”, logo o índio passou a assumir essa identidade, porém, sem romper com sua cultura particular. Almir Diniz, também salienta o papel do Principal, que era um título concedido a um índio que ganha um “vestido” – o “Hábito de Cristo”, que mostra como o índio conseguiu sim, burlar e se inserir no mundo do europeu colonizador.

Os exemplos acima, evidenciam como os índios puderam e conseguiram fazer suas práticas sociais em várias fases da história da Amazônia, desde a Colonização. In: *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM*. Manaus: EDUA, Vol. 01, nº 01, 2007.

¹⁵Em um outro texto chamado Governamentabilidade, Foucault discorre sobre a relação entre segurança, população e governo. Governar um Estado, significa, segundo ele, ter em relação aos habitantes, as riquezas, os comportamentos individuais e coletivos, e estabelecer uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto à “do pai de uma família. Tudo em um bom governo” é feito para o “bem comum e a salvação de todos”, mas esse é apenas em discurso. Assim, a população e seus interesses “aparecem como sujeito de necessidades”, e também como um objeto nas mãos do governo. Ver: FOUCAULT, Michel. *A Governamentabilidade*. In: **Microfísica do Poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 277 et. Seq.



porém, eles separavam e analisavam diferencialmente as infrações que ocorriam no cotidiano da cidade. Devemos atentar que tais infrações não eram grandes delitos como hoje nos assolam, mas para a época eram coisas gravíssimas como ofensas a moral e fatos que impediam o aformoseamento citadino. Os códigos de Manáos aplicavam penas de prisão e multas a serem pagas em valores muitas vezes altos.

No prelúdio do século XX, vemos ainda muitas permanências de culturas indígenas no interior da cidade. Theodor Koch-Grünberg, nascido em 09 de abril de 1872, em Hesse, uma pequena localidade de Grünberg, a qual adotou seu em seu nome. Koch-Grünberg, entendeu seu tempo em uma dimensão e complexidade quase que absoluta. Estudou Filologia, dedicou-se temporariamente ao magistério, mas sua sina e maior ensejo era dedicar-se a estudar os povos indígenas da América do Sul, ensejo este que em 1899 encontra a possibilidade de realizá-lo, quando convidado por Hermann Meyer para acompanhá-lo em sua viagem ao Novo Continente. Em 1902, recebe o grau de Doutorado na Universidade de Würzburg. Seu trabalho doutoral lhe rendeu louros dentre os quais o convite para trabalhar no Museu Etnográfico de Berlim, na condição de pesquisador entre 1903-1905, realiza sua primeira expedição ao noroeste amazônico.¹⁶

Mas o que Manáos tem a ver com isso? Em sua chegada ao Vale Amazônico, no ano de 1903, Koch-Grünberg, parte de Berlim ao Pará, de Pará ao Amazonas, e aporta no seio de uma cidade propagandeada no Velho Continente como próspera, cosmopolita, civilizada e branca. Essencialmente branca. Porém, a cidade se apresentara de outra forma, o viajante ao se deparar com a população citadina, percebeu uma presença forte de “pessoas morenas”, essas pessoas, segundo Grünberg, estão por toda parte, pois:

Como nos tempos mais antigos, ainda hoje os indígenas formam a parte principal da população de Manáos. *Por toda a parte vê-se essa gente morena. Alguns já faz tempo que estão “civilizados” e como caboclos vivem nos subúrbios, descendentes desfigurados dos antigos donos do país, outros – como no Pará – são empregados nas casas aristocráticas, ou levam à cidade desde longe, remando, as grandes embarcações. Alguns trazem para o mercado cotidiano, em leves canoas, os produtos de suas roças e caça ou pescado. Não é raro ver também os autênticos indígenas, em grupos pequenos ou maiores, nas ruas da cidade. Embora usem a prescrita vestimenta europeia, calça e camisa, é fácil, porém perceber no seu modo peculiar de andar – eles vão sempre em fila, um atrás do outro –, e nas outras características que distinguem dos caboclos locais, que são gente autêntica da selva.* (KOCH-GRÜNBERG, 2005. p.p. 29, 30. Grifos meus.)

¹⁶ Toda a pesquisa, observação e descrição do Etnólogo, foi condensada em seu relatório de viagem denominado de Dois Anos entre os Indígenas: Viagens no Noroeste do Brasil (1903-1905).



Na fala do etnólogo visualizamos uma Manáos mestiça, de perfeita tez indígena. Vemos que os índios ainda formavam a maior parte da população local e ainda praticavam seus hábitos culturais. Neste excerto, percebemos também uma divisão, uma categorização dada as populações indígenas da cidade: haviam os indígenas “civilizados”, possivelmente àqueles que já haviam sido batizados e tinham certo “domínio” da língua portuguesa; e haviam os índios que Grünberg denominou de “autênticos”, possivelmente seriam aqueles que ainda mantinham forte seus laços étnicos, e suas culturas preponderantes.

Também percebemos na fala, como os indígenas da cidade exerciam sua sociabilidade, e como estes eram inseridos no mundo do trabalho local: uns eram utilizados nas casas da elite¹⁷, outros dedicavam-se a comercialização de gêneros regionais de hortifrutigranjeiros nas dependências do Mercado da cidade, ou nas próprias ruas e tabernas da mesma. Grünberg também destaca a vestimenta utilizada por esse grupo da população cidadina, mesmo utilizando-se da moda europeia, há uma adaptação local, e uma clara distinção destes por sua vestimenta, possivelmente incompleta e incipiente. Destaco que os Códigos de Posturas, estabeleciam também como se portar em locais públicos, o que trajar, em vias coletivas.

Koch-Grünberg, descreve em sua breve estadia em Manáos, no limiar do século XX, no ano de 1903, apresenta-nos uma cidade com traços latente de uma cultura indígena, mestiça, híbrida. Fala-nos que os alemães em Manáos tem representatividade expressiva, descreve-nos os divertimentos da cidade em uma nítida divisão social, pois segundo ele, uma pessoa refinada vai constante ao Teatro, os mais simples divertem-se com danças populares em locais populares, com a presença de belas morenas. Nos mostra sociabilidade da Rua Eduardo Ribeiro, a principal da cidade à época, como sendo uma rua festiva! Lugar de diário encontro da sociedade. Lugar de divertimentos, de conversas, de *chopps*. O etnólogo nos fala de um divertimento dos domingos que consistia nas “viagens de bonde elétrico”, pelo perímetro urbano. Havia:

Uma recreação apreciada, especialmente na manhã de domingo, é viajar de bonde elétrico, construído segundo o modelo norte-americano, *através da selva, que se estende, como pujança tropical, imediatamente atrás da cidade, até a estação final de flores, onde em algumas palhoças indígenas pode ser encontrado atendimento que corresponde às modestas exigências.* [...] (KOCH-GRÜNBERG, 2005. p. 29. Grifos meus.)

¹⁷ Esses índios utilizados nos fazeres domésticos, eram os meninos e principalmente as meninas que saíam dos Institutos de Educandos Artífices, e do Asilo Orfanológico para moças. Nessas instituições, os meninos e meninas “desvalidos”, eram treinados para servir a elite cidadina com prendas e trabalho braçal. As meninas eram treinadas para cozinhare, lavarem, limparem, costurarem, tocarem, e acompanharem as sinhás e damas da cidade. Os meninos eram prendados para serem pedreiros, mateiros, jardineiros, carpinteiros, sapateiros, vigias. Havia também casos de rapto e comercialização ilícita de crianças indígenas na cidade com o intuito de escraviza-los.



Percebemos como a vegetação tropical ainda era muito presente na região de Manáos, e como os costumes e práticas indígenas eram visitados a ponto de se tornarem atração na cidade. Possivelmente, essas “palhoças indígenas” que Grünberg faz referência, eram residências indígenas onde estes comercializavam algum gênero ou forneciam alguma atividade que completava o divertimento do passeio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos ver os índios como “agentes de sua história” uma vez que parte da historiografia os trata como vítimas, vencidos, será que foi sempre assim? Manuela Carneiro da Cunha (1992), diz que devemos ter uma visão de política e consciência histórica na qual os índios são sujeitos e não apenas vítimas. Analisarei os índios como sujeitos não ofuscados, mas atuantes e construtores da história. É objetivo dessa monografia escrever sobre a trajetória, conquista, resistência e luta dos indígenas que moravam em Manáos e no seu entorno no período proposto, pretendo mostrar que os índios estão presentes na história, mesmo que diversas vezes a produção historiográfica os tenha marginalizado.

Em suma, pretende mostrar que as Posturas são restrições ao pobre¹⁸, porém aqui, o pobre é generalizado, é pobre quem não consegue se enquadrar no que regiam os códigos. Os índios de Manáos durante a Belle Époque optaram por fazer uma invenção do cotidiano onde passaram a exercer sua prática social na lógica do poder dominante. Escrever uma história na perspectiva de baixo é importante, visto que ainda há muito a ser encarado sobre a história da cidade.

Podemos visualizar que durante a *belle époque*, existia em Manaus, dois cenários particulares que em seu interior guardam muitas histórias de sobrevivência e destruição. Temos a Manáos Cidade, do luxo, da exuberância, do Teatro Amazonas, das Praças e Palacetes em estilo francês seja rococó ou *art nouveau*, mas essa situação de fausto e alegria não foi para todos. Há também, a Manáos Aldeia, onde demasiada quantidade de artífices e matrizes da identidade indígena, lutavam para sobreviver sem despir-se da sua cultura.

Com a existência de duas realidades, não de uma verdade absoluta, pois a realidade é sempre complexa, múltipla, multifacetada, em Manaus houve um forte hibridismo cultural, onde a cultura branca, adotou hábitos nativos como dormir em redes, comer peixes e frutas nativas, tomar banhos diários, dentre outras, assim como índios também fizeram uso de

¹⁸Pobres, aqui são vistos não sendo apenas os vulneráveis sociais, mas também, os trabalhadores, estivadores, as prostitutas, os caboclos e principalmente os índios, assim sua exclusão tornou-se necessária para levar adiante o plano de embelezamento citadino. Esses artífices da história da cidade, foram restritos de habitar a urbe central, pois eram diferentes, agiam diferente. E os códigos pretendiam estabelecer um padrão de racionalidade europeia.



costumes brancos, como andar vestidos, calçados, adoção da língua portuguesa, até a conversão ao cristianismo, porém sem abrir mão de sua cultura como almejavam os membros da elite, mas utilizando a cultura branca a seu estilo, fazendo uso das práticas de sobrevivência.

[...] As proibições, com penas de multas e prisões, transformaram-se em medidas eficazes, no processo “civilizatório”. Elas regulam o estabelecimento de quiosques nas ruas, até punição para quem jogar entulho nos igarapés; despejar lixo a céu aberto nas ruas; conservar águas estagnadas ou lixo nos quintais das casas, oficinas, tabernas, casas de pasto e hotéis; deixar gado vacuum e cavalos vagando pelas ruas e praças, fazer de porcos nas vias públicas; tomar banhos nos igarapés. (DIAS, 2007. p. 123)

Assim, pretendia-se excluir quem não estivesse dentro da lógica idealizada: uma cidade limpa, bonita, ordenada e civilizada. Mas a aceitação não foi linear, muito menos singular. A tática como diz a teoria de Certeau, age na lógica do poder dominante, nesse período os excluídos ao se revoltarem não iriam brigar ou guerrear com o poder proprietário, mas agir conforme sua lógica, resignificando a seu favor o que lhe era imposto em tais regimentos.



Fontes Oficiais: Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA.

COLLEÇÃO DAS LEIS DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS – Tomo V, parte 1ª – LEI Nº 68, de 04 de setembro de 1856. Manaus, 1856 – Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.

FALA dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.º de outubro de 1853, em que se abriu a sua 2.ª sessão ordinária, pelo Presidente da Província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Manaus, Amazonas: Typ. de M.S. Ramos, 1853. p. 54 Acervo Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.

JORNAL DO COMMERCIO, 10 de janeiro de 1906. Manaus, 1906 – Acervo: IGHA.

JORNAL, ECHO DO NORTE – Manaus, 16 de outubro de 1887. ANO 01, Nº 6 – 1887 – Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.

LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS – TOMO V – 1903 – Amazonas: Tipografia do Amazonas, 1904.

MENSAGEM, do Excelentíssimo Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado Manaus Imprensa Oficial, 1898. Acervo: IGHA.

Referências Bibliográficas:

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil – 1865-1866.** Trad. de João Etienne Filho. São Paulo / Belo Horizonte: Edusk/Itatiaia, 1975.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. (1852). **Dicionário Topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas.** Recife. Meira Henrique Nova – Edição fac-similar; Manaus: Associação Comercial do Amazonas – ACA – 1984. (Coleção Hiléia Amazônia, “1”).

BARRETO, Cristiane Manique. De como cabeçada dos Pescadores, transformou-se num espaço de sociabilidades das Elites Itajaienses (SC) nas primeiras décadas do século XX. *In: Revista Científica Clio-UNINORTE: História em Perspectivas.* Manaus: UNINORTE/LUAREATE, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da Modernidade.** Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Toratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRAGA, Bruno Miranda. A Cidade e suas Restrições: Os Códigos Municipais de Posturas de Manaus no Século XIX. *In: MORGA, Antônio Emílio. (Org.). Encontro com a História e as suas deliciosas contradições.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas EDUA, 2015 (p. p. 91-104).

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.



BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 2011.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. de Sérgio Goés de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1 – Artes de Fazer. 19ª ed. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro. Vozes, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril**: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: companhia das Letras, 1996.

CHASTEEN, Jhon Charles. **América Latina**: Uma História de Sangue e Fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COSTA, Hideraldo Lima da. **Amazônia**: Paraíso dos Naturalistas. In: Amazônia em cadernos. Manaus: EDUA nº 06, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 1992.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

FOUCAULT, Michel. A Governamentabilidade. In: **Microfísica do Poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 95.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Dois Anos Entre os indígenas**: Viagens ao Noroeste do Brasil (1903-1905). Manaus: EDUA/FSDB, 2005, p.p., 29, 30.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na Transição**: Santos: 1870-1913. São Paulo: Editora HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Trad. de Antônio Porro. Manaus. Edições do Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MESQUITA, Otoni. **Manaus História e Arquitetura (1852-1910)**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer / Prefeitura de Manaus / UNINORTE, 2006.



SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: A questão do outro. Trad. de Beatriz Perrone Moisés. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.